



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026</b>	<b>Data de Abertura: 26/06/2026 às 09h:00min</b>
Site: <a href="http://www.licitanet.com.br">www.licitanet.com.br</a> (Sistema do Licitanet)	

<b>OBJETO</b>			
Registro de preços para aquisição de Materiais e Equipamentos hospitalares, Odontologia, Resgate e de Fisioterapia para composição das Unidades de Saúde e de Urgência e Emergência 24hs no Município de Cairu, Estado da Bahia.			
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>			
<b>R\$ 469.369,92 (quatrocentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e nove reais e noventa e dois centavos)</b>			
<b>Registro de Preços</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Instrumento Contratual</b>	<b>Forma de Adjudicação</b>
SIM	NÃO	TERMO DE CONTRATO	Menor Preço por Grupo de Item
<b>Participação de empresas ME/EPP</b>		<b>Reserva Cota ME/EPP</b>	<b>Exige Amostra</b>
Sim		Não	Não
<b>Prazo para envio da proposta/documentação</b>			
Até 2 horas após a convocação realizada pelo pregoeiro			
<b>OBSERVAÇÕES GERAIS</b>			
A disputa dar-se-á pelo ABERTO E FECHADO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO estabelecido no Termo de Referência.			
<b>PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS</b>			
Até 23/06/2026 para o endereço <a href="mailto:licitacao@cairu.ba.gov.br">licitacao@cairu.ba.gov.br</a>			
<b>IMPUGNAÇÕES</b>			
Até 23/06/2026 para o endereço <a href="mailto:licitacao@cairu.ba.gov.br">licitacao@cairu.ba.gov.br</a>			
CARLOS BENEDITO GUIMARÃES DA SILVA Pregoeiro Decreto nº 1.088 de 18 de janeiro de 2024			



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

Sumário

1. DO OBJETO .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	4
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	5
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	6
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	8
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	9
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	121
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	121
11. DOS RECURSOS.....	11
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	12
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	13
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	13



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU  
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

**EDITAL Nº 024/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 342/2026**

O Município de Cairu, por intermédio do Pregoeiro, designado pelo Decreto Municipal nº 1.888, datado de 18 de janeiro de 2024, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**Acolhimento das propostas de preços:** das 08h:00min do dia 15/06/2026 até as 08h:59min do dia 26/06/2026 (horário de Brasília).

**Data da Abertura das propostas:** Às 09h:00min do dia 26/06/2026

**Data da disputa de preços:** 26/06/2026 HORÁRIO: 09h:10min (horário de Brasília).

**Local:** [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

**Pregoeiro:** Carlos Benedito Guimarães da Silva

**E-mail:** [licitacao@cairu.ba.gov.br](mailto:licitacao@cairu.ba.gov.br)

**1. DO OBJETO**

1.1 Registro de preços para aquisição de Materiais e Equipamentos hospitalares, Odontologia, Resgate e de Fisioterapia para composição das Unidades de Saúde e de Urgência e Emergência 24hs no Município de Cairu, Estado da Bahia.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Licitanet ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br))

3.1 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

3.6.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7 O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10 O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12 A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.

4.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.5 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.5.1 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.2 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.3 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

4.6 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.7.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor Unitário de cada item que compõe o Lote.

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Edital.

5.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar na sua responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do Lote.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**fechado e aberto**”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

6.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.01 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.02 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.03 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.04 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.01 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.02 empresas brasileiras;

6.21.2.03 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.04 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1 Tratando-se de licitação em grupo ou Lote, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos, indicados neste edital, como critério de aceitabilidade.

6.22.2 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22.3 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.4 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

6.22.5 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.6 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.7 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.2 SICAF;

7.2.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.2.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.4 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.7 deste edital.

7.7 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1 contiver vícios insanáveis;

7.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.01 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.02 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

7.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autêntica.

8.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

- 8.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.12 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.13 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.14 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 8.14.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.15 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.16 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.
- 8.17 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.18 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

8.19 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de ..... (.....) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

9.3 (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

9.4 (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.5 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.6 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.7 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.8 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.9 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**11. DOS RECURSOS**

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.01 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.02 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.03 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.04 deixar de apresentar amostra;

12.1.2.05 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.01 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5 fraudar a licitação

12.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.01 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.02 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.03 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 advertência;

12.2.2 multa;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar e





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto

12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1 Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2 Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU  
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

**13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, seja por e-mail: [licitacao@cairu.ba.gov.br](mailto:licitacao@cairu.ba.gov.br) ou por meio da Plataforma no sítio [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

13.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico do Licitanet.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do município, [www.cairu.ba.gov.br](http://www.cairu.ba.gov.br).

14.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1 ANEXO I - Termo de Referência

14.11.2 ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

14.11.3 ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato

14.11.4 ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços

Cairu, 03 de junho de 2026.

Jeanine Costa Fonseca  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

**EDITAL Nº 024/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 342/2026**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).**

O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de preços para aquisição de Materiais e Equipamentos hospitalares, Odontologia, Resgate e de Fisioterapia para composição das Unidades de Saúde e de Urgência e Emergência 24hs no Município de Cairu, Estado da Bahia.

**2. MOTIVAÇÃO / JUSTIFICATIVA**

A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade contínua de suprimento de materiais e equipamentos hospitalares, odontológicos, de resgate e de fisioterapia, indispensáveis à estruturação, manutenção e pleno funcionamento das Unidades de Saúde e dos serviços de Urgência e Emergência 24 horas do Município de Cairu/BA.

A demanda está diretamente vinculada ao dever constitucional do ente municipal de garantir o acesso universal, integral e igualitário às ações e serviços de saúde, exigindo a disponibilização permanente de insumos e equipamentos adequados à prestação de atendimento seguro, eficiente e resolutivo à população.

Ressalta-se que o Município de Cairu possui características geográficas peculiares, com território insular e localidades de difícil acesso, o que impõe desafios logísticos relevantes à prestação dos serviços de saúde. Nesse contexto, torna-se imprescindível que as unidades estejam devidamente estruturadas e equipadas para atendimento imediato, sobretudo em situações de urgência e emergência, sob pena de comprometimento da continuidade do serviço público e aumento de riscos assistenciais.

A insuficiência ou inadequação dos materiais e equipamentos impacta diretamente a qualidade da assistência prestada, podendo ocasionar:

- descontinuidade ou limitação dos atendimentos;
- aumento do risco clínico aos pacientes;
- redução da capacidade de resposta das equipes de saúde;
- sobrecarga de unidades de maior complexidade.

Adicionalmente, a contratação visa assegurar condições adequadas de trabalho às equipes multiprofissionais, viabilizando a execução de procedimentos clínicos, odontológicos, fisioterapêuticos e de resgate com segurança, precisão e eficiência. Destaca-se que os equipamentos destinados ao resgate são essenciais para o atendimento pré-hospitalar, especialmente em situações que demandam estabilização e remoção de pacientes em estado crítico.

Cumprir, ainda, a necessidade de reposição contínua dos materiais de consumo e de substituição de equipamentos em razão do desgaste natural, da obsolescência tecnológica e da intensificação da demanda por serviços de saúde, especialmente nas unidades que operam em regime ininterrupto.

A presente contratação também se justifica sob a ótica do planejamento e da eficiência administrativa, na medida em que busca evitar desabastecimentos, aquisições emergenciais e fragmentadas, bem como assegurar maior previsibilidade e racionalização dos gastos públicos.

Ademais, a iniciativa está em consonância com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos, especialmente no que se refere ao dever de planejamento das contratações, à busca da proposta mais vantajosa para a Administração e à promoção do desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 5º da referida norma.

Dessa forma, a contratação pretendida configura-se como medida indispensável para garantir a continuidade, a qualidade e a segurança dos serviços públicos de saúde, contribuindo para a redução de riscos assistenciais, melhoria dos indicadores de saúde e efetividade das políticas públicas, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente universalidade, integralidade e equidade.

**3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO DO OBJETO**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

3.1 O presente objeto consiste na aquisição de materiais e equipamentos hospitalares, odontológicos, de resgate e de fisioterapia, destinados à estruturação, manutenção e pleno funcionamento das Unidades de Saúde e dos serviços de Urgência e Emergência 24 horas do Município de Cairu/BA.

3.2 Os itens a serem adquiridos encontram-se detalhados em planilha do Anexo I deste Termo de Referência, contendo as especificações técnicas, quantitativos e valores estimados e demais informações necessárias à adequada formulação das propostas, sendo o valor total estimado correspondente a R\$ 469.369,92 (quatrocentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e nove reais e noventa e dois centavos)

3.3 Os bens deverão atender rigorosamente às normas técnicas vigentes, possuir registro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quando aplicável, bem como certificações de qualidade pertinentes, observando os padrões estabelecidos pelo Ministério da Saúde, de modo a garantir segurança, eficiência e durabilidade na utilização por profissionais e pacientes.

3.4 O objeto da contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do Decreto Municipal nº 1.388, de 22 de março de 2023, caracterizando-se como bens necessários ao atendimento de demandas essenciais da Administração Pública, especialmente no âmbito da saúde.

3.5 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovada a vantagem dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 16 do Decreto Municipal nº 5.157, de 29 de dezembro de 2023.

3.6 A Administração poderá, mediante justificativa, converter a(s) Ata(s) de Registro de Preços oriunda(s) desta licitação em contrato(s), quando a natureza da demanda assim exigir, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

3.7 O(s) contrato(s) decorrente(s) da Ata de Registro de Preços terá(ão) sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, respeitados os limites legais.

3.8 Eventuais divergências entre a descrição dos itens constante do sistema eletrônico utilizado para realização do certame e aquelas previstas neste Termo de Referência serão dirimidas em favor das especificações constantes neste documento, que prevalecerão para todos os fins, inclusive para formulação das propostas e execução contratual.

**4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (art. 6º, XXIII, “c” e “e” da Lei n. 14.133/2021).**

A solução adotada consiste na aquisição de materiais e equipamentos hospitalares, odontológicos, de resgate e de fisioterapia, por meio de fornecedores especializados, destinados à estruturação, manutenção e pleno funcionamento das Unidades de Saúde e dos serviços de Urgência e Emergência 24 horas do Município de Cairu/BA.

A solução foi definida com base no levantamento de mercado realizado no Estudo Técnico Preliminar, que evidenciou a aquisição como alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, considerando a natureza dos bens, sua durabilidade, a necessidade de disponibilidade contínua e a incorporação ao patrimônio público.

Os bens objeto da contratação enquadram-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

Os materiais e equipamentos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, bem como às normas sanitárias e regulamentares aplicáveis, especialmente aquelas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

**4.1 Condições Gerais de Execução**

O fornecimento dos bens será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, mediante emissão de ordem de fornecimento, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

Os produtos deverão atender, no mínimo, às seguintes condições:

- a) Ser novos, sem uso, em linha de produção, e possuir padrão de qualidade compatível com o uso em ambiente de saúde;
- b) Apresentar especificações técnicas completas na proposta, vedada a mera reprodução do descritivo, devendo conter marca, modelo, fabricante, procedência e demais características relevantes;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

- c) Estar acompanhados de catálogos, folders ou manuais técnicos descritivos, em língua portuguesa, que permitam a adequada avaliação do produto ofertado;
- d) Possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contada a partir do recebimento definitivo;
- e) Apresentar registro ou cadastro válido junto à ANVISA, quando aplicável, ou comprovação formal de sua isenção;
- f) Atender às normas técnicas vigentes, inclusive quanto à segurança, desempenho e adequação ao uso assistencial.

Nos casos de fornecimento de equipamentos pertencentes aos grupos que demandem instalação e treinamento (Grupos II e III), tais serviços deverão ser realizados pela contratada, sem ônus adicional para a Administração. Todos os custos decorrentes do fornecimento, incluindo transporte, frete, carga, descarga, instalação e demais encargos logísticos, serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

#### **4.2 Forma de Fornecimento e Entrega**

a) O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme demanda da Administração, observadas as seguintes condições:

- O prazo de entrega será de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota de empenho ou ordem de fornecimento;
- Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente embalados, protegidos contra avarias e acompanhados da documentação fiscal e técnica pertinente;

b) As entregas deverão ocorrer no seguinte endereço:

Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde

Rua Barão Homem de Mello – Centro, Cairu/BA

E-mail: protocolo.saude@cairu.ba.gov.br

Telefone: (75) 3653-2027

c) O horário de recebimento será em dias úteis, das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00;

d) A contratada deverá assegurar a regularidade do fornecimento, responsabilizando-se pela substituição imediata de itens que apresentem inconformidades quanto às especificações, qualidade ou condições de uso.

#### **4.3 Requisitos Complementares**

- a) A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para fornecimento compatível com o objeto;
- b) Deverá ser apresentado, juntamente com a proposta, catálogo do fabricante contendo especificações técnicas detalhadas, em língua portuguesa;
- c) Quando aplicável, deverá ser apresentado comprovante de capacitação técnica da empresa para fornecimento e suporte dos equipamentos;
- d) Os produtos deverão estar em conformidade com as especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência.

#### **4.4 Recebimento e Fiscalização**

a) O recebimento dos bens será realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, por servidor designado, observando-se:

- Recebimento provisório, para verificação quantitativa;
  - Recebimento definitivo, após verificação da conformidade técnica e qualitativa dos itens;
- b) Fica designada como responsável pelo acompanhamento e recebimento:

#### **Secretaria Municipal de Saúde**

Responsável: Jorrana Brito Ferreira

Função: Coordenação de Atenção Básica

E-mail: Rhaninhabrito@hotmail.com

Telefone: (75) 3653-2027

### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)**

A contratação deverá observar requisitos técnicos e operacionais mínimos, com vistas a garantir a adequada execução do objeto, a qualidade dos bens fornecidos e o atendimento das necessidades da Administração Pública.

#### **5.1 Qualidade e conformidade dos bens**

a) Os materiais e equipamentos deverão ser **novos, sem uso, em linha de produção**, vedado o fornecimento de itens reconicionados ou fora de linha;





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

- b) Deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;
- c) Deverão possuir padrão de qualidade compatível com o uso em ambiente de saúde, garantindo segurança, durabilidade e desempenho adequado.

**5.2 Normas técnicas e regulamentação**

- a) Os produtos deverão estar em conformidade com normas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e demais regulamentações aplicáveis;
- b) Deverão observar as normas sanitárias vigentes, especialmente aquelas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- c) Quando aplicável, deverão possuir registro, cadastro ou certificação exigida pelos órgãos competentes, ou comprovação de sua dispensa.

**5.3 Garantia e assistência técnica**

- a) Os produtos deverão possuir garantia mínima de **12 (doze) meses**, contada a partir do recebimento definitivo;
- b) A garantia deverá abranger defeitos de fabricação e funcionamento, assegurando a substituição ou reparo dos itens sem ônus para a Administração;
- c) Quando aplicável, deverá ser assegurada assistência técnica pelo fabricante ou rede autorizada.

**5.4 Sustentabilidade**

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente previstos nas especificações do objeto, a contratação deverá observar, no que couber, as diretrizes de desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Nesse sentido, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

- a) Os produtos fornecidos deverão observar, quando aplicável, as normas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas e pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, especialmente quanto à qualidade, segurança, desempenho, resistência e adequação ao uso em ambiente de saúde;
- b) Somente será admitida a oferta de produtos sujeitos à vigilância sanitária que estejam devidamente regularizados junto à ANVISA, por meio de registro, notificação ou cadastro, conforme exigido pela legislação vigente (Lei nº 6.360/1976 e Decreto nº 8.077/2013), quando aplicável ao tipo de produto;
- c) A contratada deverá cumprir a legislação ambiental vigente no que se refere à fabricação, comercialização, transporte e destinação dos produtos, sendo responsável por eventuais danos decorrentes do descumprimento dessas normas;
- d) Quando exigível para o tipo de produto, poderá ser solicitado o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF), conforme regulamentação da ANVISA, especialmente para equipamentos e materiais sujeitos a controle sanitário mais rigoroso;
- e) Sempre que possível, os produtos deverão ser fornecidos em embalagens que privilegiem o uso de materiais recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis, visando à redução de impactos ambientais;
- f) Deverão ser priorizados produtos com maior durabilidade e eficiência no uso, de modo a reduzir a necessidade de reposição frequente e minimizar a geração de resíduos.

**6. RESULTADOS ESPERADOS**

6.1 Garantia da disponibilidade contínua de materiais e equipamentos hospitalares, odontológicos, de resgate e de fisioterapia, assegurando o adequado funcionamento das Unidades de Saúde e dos serviços de Urgência e Emergência 24 horas do Município;

6.2 Melhoria da capacidade de resposta nos atendimentos de urgência e emergência, por meio da disponibilização de insumos e equipamentos adequados, contribuindo para maior agilidade, segurança e resolutividade da assistência prestada;

6.3 Ampliação e qualificação da cobertura dos serviços de saúde, possibilitando maior acesso da população aos atendimentos eletivos e emergenciais, com elevação do padrão de qualidade dos serviços ofertados;

6.4 Regularidade no abastecimento das unidades de saúde, evitando descontinuidade nos atendimentos e assegurando a continuidade dos serviços assistenciais;

6.5 Racionalização dos custos e promoção da economicidade, mediante aquisição planejada e padronizada, reduzindo a necessidade de contratações emergenciais e otimizando a aplicação dos recursos públicos;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

6.6 Melhoria das condições de trabalho das equipes multiprofissionais de saúde, garantindo maior segurança, eficiência e adequação na execução das atividades assistenciais;

6.7 Fortalecimento da rede municipal de atenção à saúde, com incremento da capacidade operacional das unidades e maior resolutividade dos serviços prestados à população;

6.8 Observância aos princípios da eficiência, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

**7. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**

7.1 O fornecimento do objeto será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento pela Secretaria Municipal de Saúde, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

7.2 O prazo de entrega dos bens será de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento pela contratada.

7.3 Para os equipamentos que demandem instalação, calibração ou treinamento (especialmente os constantes dos Grupos II, III e IV), o prazo de entrega poderá incluir essas etapas, devendo a contratada assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos no ato da entrega.

7.4 Caso não seja possível a entrega no prazo estipulado, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, apresentando as justificativas pertinentes, para análise quanto à eventual prorrogação, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

7.5 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

a) Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde

Rua Barão Homem de Mello – Centro, Cairu/

Horário: 08h00 às 12h00 e 14h00 às 17h00, em dias úteis

7.6 Os produtos deverão ser entregues:

7.6.1 Em perfeitas condições de uso;

7.6.2 Devidamente embalados e protegidos contra avarias;

7.6.3 Acompanhados de nota fiscal, manuais técnicos, certificados e demais documentos exigíveis;

7.6.4 Com identificação de lote, data de fabricação e validade, quando aplicável.

7.7 Os bens serão recebidos:

7.7.1 Provisoriamente, no prazo de até 10 (dez) dias, pelo fiscal do contrato, para verificação quantitativa;

7.7.2 Definitivamente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório, mediante verificação da conformidade técnica, qualitativa e funcional dos itens.

7.7.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.7.4 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança e adequado funcionamento dos bens fornecidos.

7.8 Constituem obrigações da contratada:

7.8.1 Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo transporte (terrestre e/ou marítimo, considerando a característica insular do município), carga, descarga e instalação, quando aplicável;

7.8.2 Fornecer produtos em conformidade com as especificações técnicas, normas sanitárias e regulamentares aplicáveis;

7.8.3 Assegurar que os equipamentos estejam acompanhados de todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento;

7.8.4 Realizar, quando aplicável, a instalação, testes operacionais e treinamento básico dos usuários;

7.8.5 Substituir, no prazo estabelecido, quaisquer itens que apresentem defeitos, avarias ou desconformidades;

7.8.6 Garantir assistência técnica durante o período de garantia, quando aplicável.

7.9 Os produtos deverão apresentar embalagens íntegras, adequadas à sua natureza e que garantam a proteção durante o transporte e armazenamento;

7.10 Deverão conter informações claras e legíveis, tais como: identificação do fabricante, número de lote, data de fabricação, prazo de validade (quando aplicável), número de registro em órgão competente e instruções de uso;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

- 7.11 Equipamentos deverão ser fornecidos com manuais em língua portuguesa;
- 7.12 Não será admitido o fornecimento de produtos em desacordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quando aplicável.
- 7.13 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Saúde, que deverá atestar o recebimento dos bens e verificar o cumprimento das obrigações contratuais.
- 7.14 A entrega dos bens deverá ser acompanhada de:
- 7.14.1 Nota fiscal correspondente;
- 7.14.2 Documentação técnica e certificações exigíveis;
- 7.14.3 Comprovação de regularidade, quando aplicável.
- 7.15 A ausência de documentação poderá ensejar a recusa do recebimento até a devida regularização.
- 7.16 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 7.17 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.
- 7.18 O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos fornecimentos executados, sendo que o "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os produtos entregues.
- 7.19 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 7.20 Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.20.1 Não produziu os resultados acordados;
- 7.20.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 7.21 Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
- 7.22 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- 7.23 Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.24 A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 7.25 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
- 7.26 Em conformidade com a legislação vigente, será permitido reajuste dos preços contratados, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano a contar da data da proposta ou do último reajuste.
- 7.27 Os preços serão reajustados pela variação do índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, ocorrida no período acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula:
- $$pr = p + (P \times V),$$
- Onde: Pr preço reajustado; p = preço atual (antes do reajuste);
- V = variação percentual obtida (acumulado nos últimos doze meses),
- onde (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente de reajuste.
- 7.28 CONTRATADA, para obter direito à correção, deverá pleiteá-la por meio de correspondência à PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU, explicitando a forma de aplicação do índice e o valor reajustado em até 02 (duas) casas decimais.
- 7.29 Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

7.30 Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

**7.31** O prazo para início do fornecimento será de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal de Cairu, solicitado através de Ordem de fornecimentos emitidas pelo SETOR DE COMPRAS E GESTÃO DE CONTRATOS.

7.32 Para o fornecimento constante do objeto deste termo deverão estar incluídos todos os custos, transporte, frete, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o objeto.

7.33 Ficarão por conta da Contratada todas e quaisquer DESPESAS necessárias, para a execução do objeto licitado, inclusive as despesas com transportes e pessoal para o devido fornecimento

**8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “F”, da Lei nº 14.133/21)**

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

8.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

8.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.8 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

**8.9 RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO E GESTORES DO CONTRATO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Jeanine Costa Fonseca

Secretária Municipal

Email: saude.cairu@hotmail.com

Tel.: (75) 3653-2027

**FISCAL DO CONTRATO**

Jorrana Brito Ferreira

Coord. Atenção Básica

Email: Rhaninhabrito@hotmail.com



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

Tel.: (75) 3653-2027

**SETOR DE COMPRAS E GESTÃO DE CONTRATOS**

Luís Alberto dos Santos Junior

Função: Assessor Especial de Gestão

Tel: (75) 3653-2151

E-mail: [compras@cairu.ba.gov.br](mailto:compras@cairu.ba.gov.br)

**8.10 Fiscalização**

8.10.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**8.11 Fiscalização Técnica Administrativa**

8.11.1 O fiscal técnico administrativo do contrato acompanhará com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados, aferindo se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no contrato subsidiando o gestor com informações para o atesto na nota fiscal, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração, sem prejuízo do devido acompanhamento dos aspectos administrativos, quanto à vigência do contrato, obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como ao controle no tocante a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

8.11.2 Cabe ao fiscal técnico e administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

- I. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada;
- II. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscal, trabalhista e previdenciária e, em caso de descumprimento, observar as regras expedidas pela Secretaria de Administração.
- III. Anotar no Histórico de Gerenciamento do Contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- IV. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- V. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- VI. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;
- VII. Fiscalizar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
- VIII. Comunicar o gestor do contrato, o término do contrato sob sua responsabilidade, no caso de nova contratação ou prorrogação.

**8.12 Gestor do Contrato**

8.12.1 Gestão da execução do contrato coordenará as atividades exercidas pela fiscalização técnica administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, a quem caberá, e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, ao substituto, em especial:

- I. coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- II. emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da instrução do requerimento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- III. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassem a sua competência;
- IV. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, durante a vigência do contrato;
- V. manter atualizado o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no Histórico de Gerenciamento do Contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade ou não de eventuais adequações ao contrato para que atenda a finalidade da Administração;

VI. coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos necessários;

VII. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e/ou setorial no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

VIII. elaborar o relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação obtidas durante a execução do contrato, e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração; e,

IX. diligenciar para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021 ou pelo agente/setor com competência para tal, conforme o caso.

#### **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações do Contratante:

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e/ou Contrato e seus anexos;

9.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e/ou Contrato e seus anexos;

9.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do estabelecido no Termo de Referência e/ou Contrato;

9.7 Manter um representante em contato direto e constante com o CONTRATANTE, durante a execução do contrato, bem como indicar o responsável para acionamentos referentes aos Termos de Garantia;

9.8 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamento dos técnicos ou reboque, enquanto perdurar a vigência da garantia oferecida pela CONTRATADA, de acordo com o manual de garantia do fabricante;

#### **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA, além das obrigações contidas neste Termo de Referência deverá ainda:

10.1 Executar a entrega do objeto em conformidade com o detalhamento expresso neste Termo de Referência e no Edital da Licitação, observando rigorosamente as normas constantes neste instrumento e no edital;

10.2 Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo;

10.3 Responsabilizar-se por todas as despesas, diretas e indiretas, e demais encargos de qualquer natureza, inclusive com pessoal de sua contratação, necessário à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista;

10.4 Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais, causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros na execução do objeto do certame;

10.5 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções em relação às especificações do edital;

10.6 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

#### **11. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'g', da Lei nº 14.133/2021)**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

Os pagamentos serão efetuados a contar do fornecimento do objeto, através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU, no CNPJ INDICADO NA ORDEM DE FORNECIMENTO, e depois de atestado pelo Contratante o fornecimento do objeto licitado de acordo com a descrição da Ordem de fornecimento, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.

**11.1 Do recebimento**

O fornecimento dos bens será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

O recebimento ocorrerá da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, para verificação quantitativa dos bens entregues;
- b) Definitivamente, após a verificação da conformidade dos produtos com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada.

Somente após o recebimento definitivo e o atesto do fiscal do contrato será autorizada a liquidação da despesa para fins de pagamento.

**11.2 Forma de pagamento**

11.2.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.2.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.2.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.2.3.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.2.4 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**11.3 Condições para pagamento**

11.3.1 O pagamento ficará condicionado à:

- a) Regularidade fiscal e trabalhista da contratada;
- b) Apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente preenchida e compatível com a Ordem de Fornecimento;
- c) Atesto do recebimento definitivo pelo fiscal do contrato;
- d) Ausência de pendências contratuais ou administrativas.

**12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)**

O fornecedor será selecionado mediante processo licitatório, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço por grupo de item.

Poderão participar do certame pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto da contratação, que atendam às exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e, quando aplicável, qualificação econômico-financeira, conforme estabelecido no edital.

O julgamento das propostas observará, além do menor preço, o atendimento integral às especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência, sendo desclassificadas aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos.

12.1 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
- c) A consulta aos cadastros será realizada também em nome do representante legal da Contratada, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

d) Caso conste na Consulta de Situação do Prestador a existência de Ocorrências Impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

e) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

f) A contratada será convocada para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

g) É dever da Contratada manter atualizada a respectiva documentação de habilitação ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

h) Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

i) Se a Contratada for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

j) Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições

## **12.2 Habilitação Jurídica:**

12.2.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.2.2 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.3 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

12.2.4 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.2.5 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

## **12.3 Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

12.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.3.2 Prova de Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.3.3 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.3.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.3.5 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

12.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3.7 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

12.3.7.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12.3.8 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.3.8.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência

#### **12.4 Qualificação Econômico-Financeira**

12.4.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

12.4.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

12.4.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:

12.4.4 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

12.4.5 As empresas criadas no exercício financeiro deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

12.4.6 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.4.7 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

12.4.8 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

#### **12.5 Qualificação Técnica**

A qualificação técnica para contratação será comprovada mediante a apresentação dos seguintes Documentos:

12.5.1 Comprovação de experiência anterior, através de atestado (s) de capacitação técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, para a(s) qual(is) a licitante esteja prestando ou prestou serviços compatíveis com o objeto desta licitação.

12.5.2 Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial do concorrente ou pelo próprio concorrente ou por empresas das quais participem sócios ou diretores do concorrente, ou ainda empresas das qual o concorrente integre o seu quadro societário.

12.5.3 Certificado de Responsabilidade Técnica junto ao Conselho Federal de Farmácia.

12.5.4 Autorização Especial (AFE) emitida pela Agência Nacional Vigilância Sanitária (ANVISA) e ou publicação no Diário Oficial da União (DOU), se for comercializar produtos de Controle Especial (Port. 344/98-MS);

12.5.5 Autorização emitida pela Agência Nacional Vigilância Sanitária (ANVISA) e ou publicação no Diário Oficial da União (DOU), para armazenar, expedir e distribuir correlatos;

12.5.6 Alvará de Funcionamento expedido pelo órgão da Vigilância Sanitária Estadual da sede do distribuidor para exercer atividades de comercialização compatíveis com os produtos.

12.5.7 Licença de funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal ou Distrito Federal.

12.5.8 Alvará de Licença e funcionamento, expedido pela Prefeitura Municipal da Sede da Licitante ou Distrito Federal.

12.6 Erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.7 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

12.8 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.9 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**13. SANÇÕES**

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou a funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

X. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

XI. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

XII. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave

XIII. Multa: (1) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias; (a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

13.3 Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º Lei n. 14.133)

13.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º Lei n. 14.133).

13.6 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 Lei n. 14.133)

13.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º Lei n. 14.133).

13.8 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.9 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.10 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º Lei n. 14.133):

13.10.1 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846,





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.10.2 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei n. 14.133).

13.10.3 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161 da Lei n. 14.133).

13.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

UNIDADE GESTORA	FONTE	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA/NATUREZA DA DESPESA
12/01	600/659/706/621	1.029/1.031/1.032/1.033/1.036/1.039/2.009/2.046/2.047/2.048/2.049/2.051	33.90.30.00.00.000 44.90.52.00.00.000

**15. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO.**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Nome: Ana Clícia Lima Bonfim

CPF: 050.668.335-44

Telefone: 75 8845-6828

E-mail: [anacliciabonfim@gmail.com](mailto:anacliciabonfim@gmail.com)

**16. RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO DO INSTRUMENTO.**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Nome: Jeanine Costa Fonseca

Endereço: Praça Santo Antônio, sn, Centro

Função: Secretária Municipal de Saúde

Tel.: (75) 3653-2027

E-mail: [protocolo.saude@cairu.ba.gov.br](mailto:protocolo.saude@cairu.ba.gov.br)

Aprovado em 30 de abril de 2026



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

**ANEXO I – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO DO OBJETO**

<b>GRUPO – I EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE USO HOSPITALAR</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS</b>	<b>UNID</b>	<b>Qtd</b>	<b>VAL.</b>	<b>VAL. TOT.</b>
				<b>UNIT.</b>	
1	Seladora, Bivolt automático (110 V - 240 V); Sistema integrado de corte em ambas as direções; Acionamento por meio de alavanca com trava; Resistência PTC blindada com controle automático de temperatura; Aquece em aproximadamente 3 minutos e sela em apenas 6 segundos; Sistema de avisos com LEDs e bips sonoros que indicam: Ligada/desligada, Aquecendo, Pronta para uso e Selagem completa; Desligamento automático em caso de inatividade por 30 minutos. Área de Selagem (comprimento): 30 cm; Espessura de selagem: 12 mm; Potência: 80 W; Voltagem: Bivolt automático (110 V - 240 V); Dimensões: de 20 à 21 cm de celagem; Peso Bruto: de 2,5 à 4 kg. Garantia de 1 ano.	UND	10	R\$ 266,58	R\$ 2.665,80
2	AUTOCLOVE 42L Horizontal de Mesa, com câmara de esterilização em aço inoxidável, modo de operação digital, Tampa com construção especial e fecho de triplo estágio, 220w. Garantia de 1 ano. Registro da Anvisa.	UND	10	R\$11.340,82	R\$ 113.408,20
3	Otoscópio indicado para avaliar tanto a parte interna quanto a parte externa do ouvido; Iluminação branca e de alto brilho, com excelente nitidez da imagem; Leve, compacto e ergonômico; Conexão para pera de insuflação, possibilita avaliar a mobilidade da membrana timpânica (pera opcional); Espéculos disponíveis em diversos tamanhos e modelos; Fácil substituição da lâmpada ou LED; Cabo em metal com revestimento termoplástico reforçado; Clip de metal para fixação no bolso e interruptor liga/desliga integrado; Alimentação através de 2 pilhas alcalinas tipo AA; Cabo compatível com todas as cabeças. Garantia de 1 ano. Kit sobressalente que acompanham o produto: • 05 Espéculos para Ouvido 2.5mm • 05 Espéculos para Ouvido 4.0mm • 01 Estojo Rígido	UND	3	R\$ 569,29	R\$ 1.707,87
4	Nebulizador hospitalar – Bivolt automático; Dimensões aproximadamente (cm): 26 x 24 x 33 (sem suporte); Peso: 3 a 4,5 kg (sem suporte); Intensidade da névoa: Intensa; Funcionamento com fio (requer alimentação via rede elétrica), sem bateria, desligamento manual, Comprimento da mangueira: de 1 à 1,5 metros; sem restrição a medicamentos; Válvula de ar com 4 saídas que funcionam simultaneamente; Suporte para 4 copos. Garantia de 1 ano. Conteúdo da embalagem: 01 Inalador, 04 Máscaras adulto, 04 Máscaras infantil, 04 Copos nebulizadores turbo, 04 Mangueiras de ar	UND	4	R\$ 2.208,23	R\$ 8.832,92
5	Foco Clínico e Ginecológico Led Haste Flexível Com Rodízios, Alimentação 127V / 220V - Chave seletora, versões com espelho. Garantia mínima de um ano.	UND	4	R\$ 408,70	R\$ 1.634,80
6	Negatoscópio - Em Chapa de Aço, Espessura de 046 mm Bitola 26, em Aço Inox com Frente De Acrílico Leitoso Fixação de RX por Roletes em Bivolt, com Lâmpada de LED, plug Bipolar.	UND	2	R\$ 400,50	R\$ 801,00



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

	Comprimento: 9cm, Largura: 38cm, Altura: 47cm. Garantia mínima de um ano.				
7	Oftalmoscópio de diagnóstico compacto e leve, com alto rendimento. Iluminação halógena 2.5 V de longa duração; Sistema óptico vedado; Disco de abertura com seis posições; Lente convergente de vidro; Filtros Azul Cobalto, Livre de vermelho e polarizador; Abertura com fixador para localizar lesões; Abertura em fenda para verificar diferentes níveis de lesões e tumores; Tem 48 lentes para ajustes de dioptria (-25 a +22); Cabo metálico com acabamento liso, cor preta, alimentado por duas pilhas alcalinas AA; Utiliza lâmpada halógena de 2,5V; Pilhas: 2 AA; Lente de focalização: Lente convergente de vidro; Faixa de dioptria: -25 a +22; material do cabo Inteiramente metálico; Filtros: Azul cobalto e eliminação de vermelho.	UND	1	R\$ 1.681,35	R\$ 1.681,35
8	Laringoscópio Completo adulto e infantil com 6 lâminas para manejo em vias aéreas.	UND	4	R\$ 980,15	R\$ 3.920,60
9	Detector fetal alta sensibilidade, especificações técnicas: Faixa de medição de FCF: 30 a 240 Bpm. Ciclagem de 6.000 a 60.000 e frequência de trabalho 2mhz $\pm 10\%$ . Alimentação chaveada que opera de 110 a 230 v $\pm 10\%$ e frequência de 50/60hz. Diâmetro máximo do foco Ultrassônico: 50 mm. Profundidade máxima do feixe ultrassônico: 200 a 250 mm. Controle de volume digital: 9 níveis (1 - 9). Controle de tonalidade digital: 10 níveis (0 - 9). Alojamento para transdutor na lateral do gabinete. Saída para fone de ouvido ou gravador de som. Possui fusível de proteção contra sobrecarga da corrente elétrica. Peso líquido: 1,5Kg. Dimensões: (L.P.A) 217x250x100mm. Potência: 32 VA/ 15W. Potência ultrassônica: 5mh/cm <sup>2</sup> . CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01 - DF 7000 S; 01 - Transdutor 2MHZ; 01 - Fone para ouvido; 01 - Frasco de gel; 01 - Cabo de alimentação; 01 - Manual de instruções	UND	4	R\$ 1.456,25	R\$ 5.825,00
10	Aspirador de Secreção: possui uma bomba a vácuo com acionamento elétrico, que permita uma pressão negativa, aspiração regulável com um botão de alta sensibilidade, portátil, silencioso, seguro, baixo consumo de energia, garantia de 1 Ano. Conteúdo da embalagem: 1(uma) unidade de aspiração, 1 (um) tubo de sucção, 1 (uma) extensão, 1(um) recipiente, 1 (uma) tampa, 1 (um) manual de instruções.	UND	6	R\$ 589,96	R\$ 3.539,76
11	OXÍMETRO PORTÁTIL - alimentação bateria AAA, tipo medição pulso (dedo), faixa medição saturação 0 a 100, faixa medição pulso 20-250, características adicionais sensores adulto, pediátrico e neonatal, alarme, tipo tela lcd, cartão memória, saída infra-vermelho, Dimensões 6C x 3L x 3A centímetros.	UND	5	R\$ 102,09	R\$ 510,45
12	OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL Tela LCD 2.5" com display de LED retroiluminado; Funciona com 4 pilhas AA ou bateria de lítio; Autonomia: pilhas 48h e bateria 36 horas; Peso: de 165g ou até 250g (com pilhas e sensor); Medição de frequência de pulso e SpO <sub>2</sub> ; Medição de frequência de pulso e SpO <sub>2</sub> ; Tela com onda plestimografica; Função de alarme audiovisual; Visualização de tabelas de tendência; Indicador de perfusão; Tecnologia de baixa perfusão e movimentação.	UND	10	R\$ 1.816,45	R\$ 18.164,50



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

13	Lanterna Clínica LED, tipo Caneta Super LED para Profissionais da Saúde Multi Uso. Alta luminosidade.	UND	5	R\$ 52,07	R\$ 260,35
14	Estadiometro Medidor de Altura Digital Automático Laser	UND	4	R\$ 292,96	R\$ 1.171,84
15	Estesiometro Monofilamento para avaliação de pé diabético, kit contendo 01 sonda e 5 monofilamento de teste de diabetes.	UND	20	R\$ 311,11	R\$ 6.222,20
16	Estetoscópio Adulto, utilizado para ausculta cardíaca e pulmonar e auxiliar para medida da pressão arterial, em paciente <b>adulto</b>	UND	50	R\$ 243,35	R\$ 12.167,50
17	Tensiômetro (esfigmomanômetro) clinico <b>obeso</b>	UND	15	R\$ 132,39	R\$ 1.985,85
18	Tensiômetro (esfigmomanômetro) clinico <b>adulto</b>	UND	35	R\$ 154,36	R\$ 5.402,60
19	Banqueta Em Aço Inox - Banco / Hospital / Laboratório. Medidas: 29cm de comprimento, 29cm de largura e 65cm de altura	UND	6	R\$ 397,63	R\$ 2.385,78
20	Conjunto de diapasão de liga de alumínio 128 256 512Hz instrumento de cura de diapasão portátil para casa clínica, contendo: 3 diapasão, 1 martelo, 1 saco de armazenamento, 1 pano de limpeza e 1 chave.	UND	10	R\$ 288,30	R\$ 2.883,00
21	Infantômetro Horizontal Portátil Para Bebês e Crianças, contendo 03 Régua, 01 medidor fixo e 01 medidor móvel.	UND	10	R\$ 228,66	R\$ 2.286,60
22	Trena Fita Métrica Corporal Medidor Corporal Com Botão Trava e Destrava, medidas em ambos os lados, com comprimento total de 150 cm (1,5 m)	UND	50	R\$ 19,97	R\$ 998,50
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 198.456,47</b>

**GRUPO - II BISTURI ELÉTRICO**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS	UNID	Qtd		
				VAL. UNIT.	VAL. TOT.
1	Bisturi Elétrico (até 150 W), função bipolar, potência de até 100 W, possui alarmes, modelo BP-150S (controle interno digital), circuito monopolar com corte puro, blend 1, blend 2 e blend 3 e bipolar com corte puro, blend 1, blend 2 e blend 3 oferecendo assim 8 tipos de correntes para uso em eletro-cirurgia. Controle suave, linear e independente para os modos bipolar e monopolar. Controle de Potência linear e independente para corte e bipolar; Alarma de segurança que bloqueia todos os circuitos em caso de rompimento do cabo da placa neutra e sobre potência de saída; Altura: 14,4cm; Largura: 23,0cm; Profundidade: 23,5cm; Peso: 3,5Kg Saídas totalmente isoladas. Corte: 150W - Carga 300 Ohms; Blend 1: 100W - Carga 300 Ohms; Blend 2: 75W - Carga 300 Ohms; Blend 3: 23W - Carga 300 Ohms Corte: 70W - Carga 100 Ohms; Blend 1: 50W - Carga 100 Ohms; Blend 2: 30W - Carga 100 Ohms; Blend 3: 20W - Carga 100 Ohms; Garantia de 1 ano. Registro da Anvisa.	UND	3	R\$ 8.941,33	R\$26.823,99
<b>TOTAL GRUPO II</b>					<b>R\$ 26.823,99</b>

**GRUPO III - ELETROCARDIOGRAFO**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS	UNID	Qtd		
				VAL. UNIT.	VAL. TOT.
1	O Eletrocardiógrafo CardioCare 2000 possui 12 canais. Fornece o registro de ECG e os parâmetros de medida para diagnóstico e auto-análise. As informações do paciente e a identificação do operador são impressas com o ECG no relatório de saída facilitando o		4	R\$ 14.056,08	R\$ 56.224,32



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

controle e a identificação do exame. O ECG é facilmente impresso em um relatório tamanho A4. Além da alimentação Bivolt, o equipamento pode ser operado continuamente com uma bateria recarregável interna. Informações do Produto: - Impressão em formato A4; - Função cópia; - Função grade permite o uso de papel fax; - Uma tecla (modo de impressão e modo monitor); - Aquisição de dados do paciente em 12 canais simultâneos; - Custo-benefício e confiabilidade num ECG de 12 canais; - Interpretação do ECG baseado no avançado código Minnesota; - Interface para modem (transmissão e recepção do ECG por fax); - Alimentação, bateria recarregável e rede elétrica automática 110V e 220V; - Impressora térmica integrada de alta resolução - Impressão em 1, 3, 6 e 12 canais no formato A4 - Software permite visualizar / arquivar / enviar / imprimir em papel comum - Opcionais de suporte com rodízios e/ou mesa de transporte - Garantia: 1 ano Conteúdo da Embalagem: - 01 Eletrocardiógrafo CardioCare-2000; - 01 Cabo de força com 3 pinos; - 01 Cabo paciente de 10 vias tipo Garra; - 06 eletrodos precordiais; - 04 eletrodos de membros; - 01 Rolo de papel térmico;				
<b>TOTAL GRUPO III</b>				<b>R\$ 56.224,32</b>

**GRUPO IV - DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO-DEA**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS	UNID	Qtd		
				VAL. UNIT.	VAL. TOT.
1	DEA- Desfibrilador Externo Automático: • Inteligência artificial: diagnóstico acurado das condições do paciente, indicando ou não a aplicação do choque e impedindo o uso acidental. Compacto: 225 x 225 x 69 mm e peso entre 1,2 kg e 1,9 kg. Orientação por voz e por indicadores visuais na tela LCD ou LED. Choque Bifásico. IP56 03• Gravação de eventos e som ambiente para posterior análise • Display LCD de 4,3" com visualização de ECG, BPM, cronômetro de RCP e indicação de nível de bateria • Autodiagnóstico de funções e bateria• Software de conexão, download e gerenciamento de dados via PC (conexão USB)• Baterias recarregáveis e não recarregáveis substituídas sem a necessidade de ferramentas ("plug and play") • Versão PRO que permite ajuste de carga de até 360 J• Cabo de ECG de 3 vias • Dispositivo de feedback para realização da manobra RCP (RCP Maestro) reutilizável • Bolsa funcional que permite a utilização do equipamento sem sua retirada • Acesso fácil às pás para uso e reposição.	UND	3	R\$ 9.395,09	R\$ 28.185,27





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

	Acompanha: 01 Par de pás adesivas adulto descartáveis • 01 Bateria recarregável • 01 Dispositivo reutilizável para feedback da manobra RCP (RCP Maestro) • 01 Cabo de ECG de 3 vias • 01 Cabo USB • 01 Bolsa funcional para transporte do equipamento e acessórios • 01 Kit de primeiros socorros (01 par de luvas cirúrgicas, 01 tesoura e 01 máscara de barreira para RCP) • 01 CD com manual de instruções e software de gerenciamento SoftDEA Garantia de 1 ano. Registro da Anvisa.				
					<b>R\$ 28.185,27</b>

**GRUPO V - CADEIRA DE RODAS, BANHO E MULETAS**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS	UNID	Qtd		
				VAL. UNIT.	VAL. TOT.
1	Cadeira de Rodas dobrável, sistema em duplo x, assento e encosto de material impermeável, até 120kg, chassi tubular de aço carbono, com pintura epóxi, freios bilaterais zincados, aro impulsor bilateral, apoios para os braços escamoteáveis, apoios para os pés, dobráveis, rodas dianteiras aro 6" com pneus maciços, rodas traseiras aro 24" com pneus maciços (PL 001) e pintura epóxi (eletrostática).	UND	10	R\$ 588,16	R\$ 5.881,60
2	Cadeira de banho estrutura tubular em aço carbono, pintura epóxi, assento sanitário removível, encosto em nylon, apoio para os braços fixos, apoio para os pés fixos, freios bilaterais, rodas traseiras aro 06" giratórias com pneus maciços, rodas dianteiras aro 06" com pneus maciços posicionados na parte interna da cadeira. Largura do assento: 40cm Altura: 90cm Largura aberta: 44cm Largura fechada: não fecha Comprimento: 54cm Peso da cadeira: 7kg Peso suportado: 85kg	UND	4	R\$ 295,63	R\$ 1.182,52
3	Muleta em alumínio, indicada para paciente até 130kg, altura mínima: 93,5 cm e máxima de 106,5 cm, Peso: entre 700 a 1 kg, parte metálica alumínio; braçadeira polipropileno; ponteiros borracha; revestimento de punho policloreto de vinila.	UND	10	R\$ 96,63	R\$ 966,30
<b>TOTAL GRUPO V</b>					<b>R\$ 8.030,42</b>

**GRUPO VI - BALANÇAS**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS	UNID	Qtd		
				VAL. UNIT.	VAL. TOT.
1	Balança antropométrica - Estrutura em chapa de aço carbono; Régua de Aço Cromado, perfil da escala numérica em alumínio; Cursores em aço inoxidável; Pintura Poliuretano na cor branca; Pés reguláveis em borracha sintética; Modelo do equipamento Mecânica Antropômetro em alumínio anodizado e litografado com medidas até 2 m; Homologada pelo INMETRO; Capacidade: 150 kg; Divisões: 100 g; Pesagem mínima: 2 kg; Tapete em borracha anti -	UND	10	R\$ 1.908,69	R\$ 19.086,90



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

	derrapante; Dimensões: 54 cm x 45 cm x 137 cm (C x L x A). Garantia mínima de um ano.				
2	Balança Pediátrica, Concha acrílica com medida 540 x 290 mm; Faixa de medição antropométrica na concha de 0 até 54 cm; Gabinete em Plástico ABS; Display LED com 6 dígitos entre 14,2 mm de altura e 8,1 mm de largura; Estrutura interna em aço carbono bicromatizado c/ cobertura plástica; Pés reguláveis em borracha sintética; Fonte externa 90 a 240 VAC c/ chaveamento automático; Função TARA até capacidade máxima da balança; Peso: 8kg; Altura: 26cm; Largura: 43cm; Comprimento: 55cm. Voltagem 220W. Garantia mínima de um ano.	UND	10	R\$ 888,75	R\$ 8.887,50
3	Balança Mecânica Analógica Doméstica Corporal Antiderrapante 130kg Para Banheiro, Visor Analógico. (Dispensa o uso de pilhas), Alta precisão e durabilidade, Base Antiderrapante, Estrutura em aço, Capacidade: Até 130 Kg. Garantia mínima de um ano.	UND	30	R\$ 121,43	R\$ 3.642,90
4	Balança Digital Antropométrica com Régua de Altura, com precisão máxima 200 kg com alta precisão, tecnológica, estrutura em aço carbono. Especificações Técnicas: capacidade max : 200 KG - Intervalo de escala 50G/10G, Plataforma: Aço Carbono com alta estabilidade ao paciente, Altura da coluna: 80 cm dimensões da base: 37 cm (C) X 32 cm (L) altura do estadiômetro: até 1,90 m tipo de alimentação -Grau de precisão: III- Tensão de entrada 4 pilhas AAA de 1,5 V ambiente de trabalho temperatura 0°C- 40° C- Umidade <90%RH, Display Digital Led.		5	R\$ 999,50	R\$ 4.997,50
<b>TOTAL GRUPO VI</b>					<b>R\$ 36.614,80</b>

**GRUPO VII - MATERIAIS DE EMERGÊNCIA**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS	UNID	Qtd		
				VAL. UNIT.	VAL. TOT.
1	Kit Cipa Completo Com Prancha De Polietileno E Imobilizador.Capa para Prancha; Prancha de Polietileno para Adultos; Cinto para Prancha (Vermelho/Preto/Amarelo); Bandagem Triangular M; Manta Aluminizada para Adultos; Luvas Estéreis com Pó (Tamanho 7.5); Ataduras de Crepe (10cm x 180m e 15cm x 180m); Espadrado Branco Impermeável (5,0cm x 4,5m); Tesoura Corta Vestes (18cm); Óculos de Proteção Transparente; Máscara RCP Descartável; : Fundamental para reanimação cardiopulmonar.Talas de Imobilização (PP Lilás, P Azul, M Laranja, G Verde); Colares Cervicais (P, M, G); Luvas de Algodão com Pigmentos de PVC.	UND	4	R\$ 1.291,16	R\$ 5.164,64
2	Kit Colar cervical de resgate, fecho de velcro, feito em polietileno de alta densidade, revestido em EVA, suporte mentoniano, abertura frontal, abertura posterior, validade de 5 anos, kit 5 tamanhos.	UND	20	R\$ 57,70	R\$ 1.154,00
3	Cinto Tirante Aranha imobilizador adulto.	UND	10	R\$ 121,58	R\$ 1.215,80
4	Kit 4 talas aramadas ajustável E.V.A. moldável, 4 tamanhos PP, P, M, G.	UND	60	R\$ 85,20	R\$ 5.112,00
5	Torniquete tático APH Emergência	UND	60	R\$ 70,57	R\$ 4.234,20
6	Lona transfer, Tiras de reforço de 50 mm, 08 alças laterais, Capacidade de 180 à 200 kg, Dimensões: (Altura - 1cm x Largura - 180cm x Profundidade - 70cm) em nylon.	UND	15	R\$ 132,65	R\$ 1.989,75



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

7	Cinta pelvica para resgate – imobilização da pelve	UND	8	R\$ 721,37	R\$ 5.770,96
8	Cobertor Manta Térmica aluminizado para resgate 210 cm x 140 cm material em polietileno (PE) à prova d'água. Não descartável.	UND	30	R\$ 32,45	R\$ 973,50
	Imobilizador lateral de cabeça tipo head block infantil para resgate.	UND	30	R\$ 128,64	R\$ 3.859,20
9	Imobilizador lateral de cabeça tipo head block adulto para resgate.	UND	30	R\$ 136,88	R\$ 4.106,40
10	Prancha de Resgate - Polietileno Combinada Adulto/Pediátrica, acompanha 3 alças de fixação, suporta até 160kg, Dimensões: 183x45x6 cm.	UND	5	R\$ 454,43	R\$ 2.272,15
11	Iluminação de Emergência LED 1200 Lumens 2 Faróis - Branco, Médio. pilha ou bateria Chumbo-ácido, AGM, fonte de energia Bateria Gel selada 6V/4Ah, Plástico ABS (antichama) 220W.	UND	30	R\$ 138,42	R\$ 4.152,60
<b>TOTAL GRUPO VII</b>					<b>R\$ 40.005,20</b>

**GRUPO VIII – MATERIAS DE ODONTOLOGIA**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS	UNID	Qtd		
				VAL. UNIT.	VAL. TOT.
1	Avental odontológico plumbífero para uso em pacientes adultos com registro Anvisa, com Protetor de Tireóide, Confeccionado em borracha plumbífera de excelente flexibilidade, tecido especial lavável, fechamento em velcro no protetor de tireóide. Tamanho: 100x60 cm. Peso: 3,100kg. Equivalência em Chumbo de: 0,25mm (Pb). Cor: Azul Marinho.	UND	3	R\$ 839,64	R\$ 2.518,92
2	Avental odontológico plumbífero para uso em paciente infantil com registro Anvisa, com Protetor de Tireóide, Confeccionado em borracha plumbífera de excelente flexibilidade, tecido especial lavável, fechamento em velcro no protetor de tireóide. Tamanho: 100x60 cm. Peso: 3,100kg. Equivalência em Chumbo de: 0,25mm (Pb). Cor: Azul Marinho.	UND	3	R\$ 641,17	R\$ 1.923,51
3	Câmara Escura reveladora para uso raio x odontológico	UND	3	R\$ 326,99	R\$ 980,97
<b>TOTAL GRUPO VIII</b>					<b>R\$ 5.423,40</b>

**GRUPO IX – CAMA MADEIRA E COLCHÃO**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS	UNID	Qtd		
				VAL. UNIT.	VAL. TOT.
1	Cama de Solteiro em madeira de demolição, altamente resistente e durável, Altura da cabeceira: 130 cm, Comprimento: 209 cm , Largura: 97 cm, ideal para Colchão de 188 x 88, cor lisa, natural da madeira, com capacidade de sustentação até 120kg.	UND	15	R\$ 2.002,63	R\$ 30.039,45
2	Colchão D45 solteiro (88 x 188 x 28), altura 28cm, largura 88cm, comprimento 188cm, espuma D45, peso máximo 120kg, fabricado com tecido de viscose e poliéster.	UND	15	R\$ 523,98	R\$ 7.859,70
<b>TOTAL GRUPO IX</b>					<b>R\$ 37.899,15</b>

**GRUPO X – PILHAS**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS	UNID	Qtd		
				VAL. UNIT.	VAL. TOT.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

1	Carregador de Pilhas Bivolt com 8 Pilhas Recarregáveis AA/AAA	UND	30	R\$ 60,25	R\$ 1.807,50
2	Bateria pilha tipo Moeda modelo Cr2016 Tamanho da pilha 20x1.6mm cartelas com 5 unidade	UND	250	R\$ 16,50	R\$ 4.125,00
3	Bateria pilha tipo Moeda modelo 2032 3v cartelas com 5 unidade	UND	250	R\$ 34,01	R\$ 8.502,50
4	Pilha Recarregável Tipo C, cartela com 2 Unidades	UND	80	R\$ 61,97	R\$ 4.957,60
5	Pilha recarregável Tipo D 4500mAh Cilíndrica cartela com 2 Unidades	UND	80	R\$ 60,42	R\$ 4.833,60
<b>TOTAL GRUPO X</b>					<b>R\$ 24.226,20</b>

<b>GRUPO XI – FANTOCHES TECIDO</b>					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS	UNID	Qtd		
				VAL. UNIT.	VAL. TOT.
1	Kit fantoches frutas confeccionados em feltro, com 7 personagens ( maçã, laranja, morango, pêra, abacaxi, pêssego e uva) com 30 cm de altura e até 20 à 25 cm de largura.	UND	10	R\$ 176,45	R\$ 1.764,50
<b>TOTAL GRUPO X</b>					<b>R\$ 1.764,50</b>

<b>GRUPO XII – MATERIAL DE FISIOTERAPIA</b>					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS	UNID	Qtd Sesau		
				VAL. UNIT.	VAL. TOT.
1	Tatame de EVA, material de borracha EVA, texturizado, antiderrapante, comprimento de 1 x1m, espessura 2cm, resistente, bicolor azul e vermelho.	UND	40	R\$ 73,65	R\$ 2.946,00
2	Mini Bola de Pilates, 25cm de diâmetro, com Bomba de Ar de Dupla Ação, Cor Preto.	UND	20	R\$ 54,22	R\$ 1.084,40
3	Kit 5 Mini Bands Tensão Fraca, Média e Forte - MINI BAND 5 FAIXAS	UND	10	R\$ 69,85	R\$ 698,50
4	Bola Pilates Feijão 90x40 Cm resistente C/ Bomba Pilates, suporta até 120kg	UND	10	R\$ 98,73	R\$ 987,30
<b>TOTAL GRUPO X</b>					<b>R\$ 5.716,20</b>



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

**EDITAL Nº 024/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 342/2026**

**ANEXO II - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**O MUNICÍPIO DE CAIRU**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Marechal Deodoro, nº. 03, Centro, Cairu, Estado da Bahia, CEP 45.420-000, inscrito no CNPJ nº 14.235.907/0001-44, representado neste ato, nos termos do Decreto Municipal Nº 702, de 06 de agosto de 2021 pela Secretária Municipal de Saúde, Senhora **JEANINE COSTA FONSECA**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 06xxx.xxx-22, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº 002.xxx.xxx-05, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202..., Processo Administrativo nº ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ....., especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... [do edital de Licitação nº ...../20..., que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITENS	RAZÃO SOCIAL	UND	QTD	MARCA	ESPECIFICAÇÃO	MENOR PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3 ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1 O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cairu – Bahia.

**4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2 demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**4.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.**

4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

4.5 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

**Dos limites para as adesões**

4.6 As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.9 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**5. DA PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA POSSIBILIDADE DE RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS**

5.1 Fica expressamente previsto que a Ata de Registro de Preços decorrente deste procedimento terá vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que demonstrada a vantagem dos preços registrados, o interesse público na manutenção do ajuste e a regularidade da medida, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

5.2 Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá haver a renovação dos quantitativos originalmente registrados, até o limite do quantitativo inicial previsto para cada item/lote, desde que a medida seja devidamente motivada nos autos, guarde compatibilidade com a natureza da demanda, tenha sido considerada na fase de planejamento da contratação e seja formalizada por termo aditivo dentro do prazo de vigência da Ata.

5.3 A renovação dos quantitativos, quando adotada, não constituirá acréscimo quantitativo irregular, mas recomposição dos quantitativos para o novo período de vigência da Ata, especialmente em se tratando de objeto de consumo recorrente, fornecimento continuado ou necessidade administrativa reiterada, preservada a anualidade do planejamento e a demonstração de que a manutenção da Ata é mais vantajosa do que a instauração de novo procedimento licitatório.

5.4 A Administração, no momento da prorrogação, avaliará expressamente se o caso comporta:

- a) a renovação integral dos quantitativos originalmente registrados; ou
- b) a manutenção apenas do saldo remanescente, quando a natureza da demanda for específica, pontual ou vinculada a necessidade administrativa não recorrente.

5.5 A prorrogação da Ata e eventual renovação dos quantitativos dependerão, cumulativamente, de: comprovação da manutenção do preço vantajoso; justificativa técnica e administrativa; previsão expressa no edital e na Ata; manifestação de interesse da Administração; anuência do fornecedor, quando cabível; e formalização do respectivo termo aditivo antes do término da vigência da Ata.

5.6 A previsão ora estabelecida não obriga a Administração a prorrogar a Ata, nem gera direito subjetivo ao fornecedor à renovação dos quantitativos ou à contratação integral dos saldos registrados, permanecendo a utilização da Ata condicionada à necessidade administrativa, à disponibilidade orçamentária e à observância das normas aplicáveis.

**6 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

6.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

6.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

6.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

6.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

6.5 O registro a que se refere o item 6.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

6.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

6.8 O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.9 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6.7, observando o item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.4.2., aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

6.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

6.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **7 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

7.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação; No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **8 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

8.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.7.

8.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

8.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**10 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

10.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1 Por razão de interesse público;

10.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

**11 DAS PENALIDADES**

11.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

11.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

**12 CONDIÇÕES GERAIS**

12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

CAIRU-BA, ..... de ..... de 2024.

.....  
Representante legal do CONTRATANTE

.....  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01- _____	02 _____
Nome: _____	Nome: _____
CPF nº: _____	CPF nº: _____





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

**Anexo**  
**Cadastro Reserva**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

**EDITAL Nº 024/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 342/2026**

**ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO Nº XXX/2026**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAIRU**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Marechal Deodoro, nº. 03, Centro, Cairu, Estado da Bahia, CEP 45.420-000, inscrito no CNPJ nº 14.235.907/0001-44, representado neste ato, nos termos do Decreto Municipal Nº 702, de 06 de agosto de 2021, Secretária Municipal de Saúde, Senhora **Jeanine Costa Fonseca**, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 06xxx.xxx-22, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº 002.xxx.xxx-05;

**CONTRATADA:** empresa ....., situada à ....., inscrita no CNPJ sob o nº. ...., inscrição estadual sob o nº. .... e inscrição municipal sob o nº ....., neste ato representada na forma dos seus Estatutos/Regimento/Contrato Social, pelo(a) Sr(a). ...., portador(a) de documento de identidade nº. ...., emitido por ....., inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº ....., vencedora do processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO 011/2026, originário do Processo Administrativo nº 342/2026, datado de 03/06/2026, doravante denominada apenas de CONTRATADA, onde a CONTRATANTE, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1 Registro de preços para aquisição de Materiais e Equipamentos hospitalares, Odontologia, Resgate e de Fisioterapia para composição das Unidades de Saúde e de Urgência e Emergência 24hs no Município de Cairu, Estado da Bahia.

1.1. Objeto da contratação:

PLANILHA						
GRUPO						
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UND	QTD	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
VALOR TOTAL DO GRUPO						

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 342/2026, datado de 03/06/2026 relativo à Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026, realizada de forma ELETRÔNICA, no sistema LICITANET, fundamentada no artigo 28, Inciso I, da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação Nº 024/2026;

1.3.3 A Proposta do contratado;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.3 O prazo de vigência da contratação é de **12 (DOZE)** meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

2.4 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2 Os produtos deverão atender, no mínimo, às seguintes condições: Ser novos, sem uso, em linha de produção, e possuir padrão de qualidade compatível com o uso em ambiente de saúde; Apresentar especificações técnicas completas na proposta, vedada a mera reprodução do descritivo, devendo conter marca, modelo, fabricante, procedência e demais características relevantes; Estar acompanhados de catálogos, folders ou manuais técnicos descritivos, em língua portuguesa, que permitam a adequada avaliação do produto ofertado; Possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contada a partir do recebimento definitivo; Apresentar registro ou cadastro válido junto à ANVISA, quando aplicável, ou comprovação formal de sua isenção; Atender às normas técnicas vigentes, inclusive quanto à segurança, desempenho e adequação ao uso assistencial.

3.3 Para os equipamentos que demandem instalação, calibração ou treinamento (especialmente os constantes dos Grupos II, III e IV), o prazo de entrega poderá incluir essas etapas, devendo a contratada assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos no ato da entrega.

3.4 O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme demanda da Administração, observadas as seguintes condições:

3.5 Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente embalados, protegidos contra avarias e acompanhados da documentação fiscal e técnica pertinente;

3.6 Os bens serão recebidos:

3.6.1 Provisoriamente, no prazo de até 10 (dez) dias, pelo fiscal do contrato, para verificação quantitativa;

3.6.2 Definitivamente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório, mediante verificação da conformidade técnica, qualitativa e funcional dos itens.

3.6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

3.6.4 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança e adequado funcionamento dos bens fornecidos.

3.7 Caso não seja possível a entrega no prazo estipulado, a contratada deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, apresentando as justificativas pertinentes, para análise quanto à eventual prorrogação, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

3.8 Todo e qualquer ônus decorrente da entrega e instalação do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da contratada

3.9 Os produtos licitados deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde Rua Barão Homem de Mello – Centro, Cairu/Horário: 08h00 às 12h00 e 14h00 às 17h00, em dias úteis;

3.10 Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente embalados e protegidos contra avarias, acompanhados de nota fiscal, manuais técnicos, certificados e demais documentos exigíveis, com identificação de lote, data de fabricação e validade, quando aplicável.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1 O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

6.1 Os pagamentos serão efetuados a contar da entrega dos materiais, através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura em favor do **Fundo Municipal de Saúde De Cairu, Praça Santo Antônio, S/N, Centro, Cairu – Bahia, CEP 45.420-000, inscrita no CNPJ nº. 11.406.106/0001-06** e depois de atestado pelo Contratante o fornecimento do objeto licitado de acordo com a descrição da Ordem de fornecimento, desde que não haja pendência a ser regularizada pelo contratado.

6.2 Para entrega do serviço constante do objeto deste termo deverão estar incluídos todos os custos, transporte, frete, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o objeto.

6.3 Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 10 (dez) dias, pelo fiscal do contrato, para verificação quantitativa;

6.4 Definitivamente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório, mediante verificação da conformidade técnica, qualitativa e funcional dos itens.

6.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência ou na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, às expensas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.6 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança e adequado funcionamento dos bens fornecidos.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/04/2026.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

8.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento, incluindo transporte (terrestre e/ou marítimo, considerando a característica insular do município), carga, descarga e instalação, quando aplicável;

9.3 Fornecer produtos em conformidade com as especificações técnicas, normas sanitárias e regulamentares aplicáveis;

9.4 Assegurar que os equipamentos estejam acompanhados de todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento;

9.5 Realizar, quando aplicável, a instalação, testes operacionais e treinamento básico dos usuários;

9.6 Substituir, no prazo estabelecido, quaisquer itens que apresentem defeitos, avarias ou desconformidades;

9.7 Garantir assistência técnica durante o período de garantia, quando aplicável.

9.8 Os produtos deverão apresentar embalagens íntegras, adequadas à sua natureza e que garantam a proteção durante o transporte e armazenamento;

9.9 Deverão conter informações claras e legíveis, tais como: identificação do fabricante, número de lote, data de fabricação, prazo de validade (quando aplicável), número de registro em órgão competente e instruções de uso;

9.10 Equipamentos deverão ser fornecidos com manuais em língua portuguesa;

9.11 Não será admitido o fornecimento de produtos em desacordo com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quando aplicável.

9.12 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Saúde, que deverá atestar o recebimento dos bens e verificar o cumprimento das obrigações contratuais.

9.13 A entrega dos bens deverá ser acompanhada de

Nota fiscal correspondente; Documentação técnica e certificações exigíveis; Comprovação de regularidade, quando aplicável.

9.14 A ausência de documentação poderá ensejar a recusa do recebimento até a devida regularização.

9.15 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.16 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada.

9.17 O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos fornecimentos executados, sendo que o "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os produtos entregues.

9.18 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

9.19 Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

9.19.1 Não produziu os resultados acordados;

9.19.2 Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

9.20 Antes do pagamento, a Contratante realizará consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

9.21 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

9.22 Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.23 A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

9.24 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

9.25 Em conformidade com a legislação vigente, será permitido reajuste dos preços contratados, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano a contar da data da proposta ou do último reajuste.

**9.26** Os preços serão reajustados pela variação do índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, ocorrida no período acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula:

$$pr = p + (P \times V),$$

Onde: Pr preço reajustado; p = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida (acumulado nos últimos doze meses),

onde (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente de reajuste.

9.27 CONTRATADA, para obter direito à correção, deverá pleiteá-la por meio de correspondência à PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU, explicitando a forma de aplicação do índice e o valor reajustado em até 02 (duas) casas decimais.

9.28 Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito;

9.29 Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

**9.30** O prazo para início do fornecimento será de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal de Cairu, solicitado através de Ordem de fornecimentos emitidas pelo SETOR DE COMPRAS E GESTÃO DE CONTRATOS.

9.31 Para o fornecimento constante do objeto deste termo deverão estar incluídos todos os custos, transporte, frete, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o objeto.

9.32 Ficarão por conta da Contratada todas e quaisquer DESPESAS necessárias, para a execução do objeto licitado, inclusive as despesas com transportes e pessoal para o devido fornecimento

**CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.1 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.2 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

11.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
- c) O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.1 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.1.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3 Indenizações e multas.

12.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA	FONTE	PROJETO/ ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA/ NATUREZA DA DESPESA
12/01	600/659/706/621	1.029/1.031/1.032/1.033/ 1.036/1.039/2.009/2.046/ 2.047/2.048/2.049/2.051	33.90.30.00.00.000 44.90.52.00.00.000

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)**

17. Fica eleito o Foro da Comarca de Valença, Estado da Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

CAIRU-BA, ..... de ..... de 2026.

.....  
Representante legal do CONTRATANTE

.....  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

01: _____	02- _____
Nome: _____	Nome: _____
CPF nº: _____	CPF nº: _____



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU**  
**DIRETORIA DE CONTRATAÇÃO**

**EDITAL Nº 024/2026**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 342/2026**

**ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA**

**(Em papel timbrado da licitante)**

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIRU  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026**

Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/CGC (MF) nº \_\_\_\_\_ e Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no(a) \_\_\_\_\_, em conformidade com o Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026**

Portanto, oferecemos a esse Órgão o preço a seguir indicado, para a realização dos serviços descritos no ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA:

**PROPOSTA DE PREÇOS**

PLANILHA						
LOTE						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS/PRODUTOS	UNIDADES	QUANTIDADES	INDICAR A MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
Total Global						

\*Obs: Na proposta o proponente deve obrigatoriamente incluir nos preços todas as despesas relacionadas à execução do contrato, inclusive aquelas decorrentes de impostos, seguros e encargos sociais.

Os dados da nossa empresa são:

- a) Razão Social: \_\_\_\_\_;
- b) CNPJ (MF) nº: \_\_\_\_\_;
- c) Inscrição Estadual nº: \_\_\_\_\_;
- d) Endereço: \_\_\_\_\_;
- e) Fone: \_\_\_\_\_ Fax (se houver): \_\_\_\_\_;
- f) CEP: \_\_\_\_\_; e
- g) Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_;
- h) Banco \_\_\_\_\_ Agência nº: \_\_\_\_\_ Conta nº: \_\_\_\_\_.
- i) Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contado da data da entrega de seu respectivo envelope;

CAIRU/BA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo  
(Representante legal)